

O NACIONALISMO ROMÂNTICO E A FORMAÇÃO DE UMA LITERATURA NACIONAL NO BRASIL

Sandra Mara Alves da Silva¹

Resumo: Partimos da discussão acerca do Romantismo para entendermos como o ideal de valorização das particularidades nacionais ajudou os românticos brasileiros no processo de composição e de defesa de nossa literatura. Sabe-se que a arte brasileira do século XIX via-se situada entre a consciência nacional e o anseio português por manter a antiga colônia americana sob seu domínio, mesmo depois de proclamada a Independência. Desta forma, é recorrente a figuração de escritores brasileiros, nas “Histórias da Literatura Portuguesa” do período, como pertencentes à constelação de artistas lusitanos, sob pretexto de que a nacionalidade da literatura é determinada pela língua em que é escrita e não pelo local de origem do escritor. Desta forma, é possível notar que, mesmo não tendo mais o domínio político sobre o Brasil, Portugal buscava manter seu poderio por meio da cultura. Neste estudo, portanto, pretendemos apresentar as oposições em torno da pertença de obras e escritores, para entendermos como o nacionalismo romântico, com sua valorização da cor local, permitiu a tomada de consciência dos nossos intelectuais, que passaram a produzir e defender uma literatura brasileira que, por apresentar aspectos peculiares da cultura e do povo brasileiro, não poderia pertencer a qualquer outra nação, senão ao Brasil.

Palavras-chave: Romantismo. Literatura Brasileira. Independência Literária Nacional.

The Romantic Nationalism and the formation os national literature in Brazil

Abstract: We come from discussion related to the Romanticism to understand how the very own concept of national particularities helped the Brazilian romanticists to the process of making up the defense of our very own literature. It's known that nineteenth century was confined between national consciousness and the Portuguese wishes to keep the former American colony under its domain even after Brazil proclaimed its independence. So it's recurrent the way of putting into category some Brazilian writers, under “Histórias da Literatura Portuguesa” from that time, under a pretext that the literature's nationality is determined by language, but not by writer's origin. So we can realize Portugal wanted to oppress Brazil, through culture, although not controlling the former colony politically. In this study, we seek to present the forms of opposition from which the romantic nationalism, from its appreciation of local color, could make our intellectuals aware of a Brazilian culture, then producing and defending a local literature, that could not present another culture the was not the Brazilian one, hence portraying their people and culture.

Key words: Romanticism. Brazilian Literature. National Literary Independence.

¹ Doutoranda em Literatura Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGL da Universidade Federal do Ceará. Atua na área de Letras, com ênfase em Literatura, com pesquisa voltada principalmente nos seguintes temas: Romantismo. José de Alencar. Romances Indianistas. Nacionalismo. Modernismo. Mário de Andrade. Identidade Nacional. Cultura Nacional. É membro do Grupo de Estudos de Estética, Literatura e Filosofia - GEELF, coordenado pelo professor Dr. Marcelo Almeida Peloggio.

Romantismo: origem e conceitos fundamentais

No que concerne à origem do Romantismo e suas primeiras manifestações, encontramos muitas divergências, pois existem pensadores que acreditam que o movimento teve sua origem em um lugar determinado em decorrência de condições sociais e históricas favoráveis; em contrapartida, outros estudiosos creem que não é possível definir o momento e o local exato em que as manifestações românticas se iniciaram, já que elas nasceram das várias transformações sociais, culturais e de visão de mundo, ocorridas concomitantemente em diversos espaços e com diversos grupos que, não necessariamente, mantinham relações entre si. Dessa divergência surge, também, a discordância quanto à unificação do Romantismo, existindo aqueles que defendem o acontecimento de vários romantismos distintos uns dos outros, e aqueles que confiam em pontos convergentes e unificadores do movimento.

Arnold Hauser acredita na origem inglesa do Romantismo. Para ele, a era romântica só foi possível a partir de condições sociais e culturais comuns à Inglaterra, em especial o surgimento da classe média burguesa, que entrou em choque com a aristocracia decadente e impôs sua concepção de mundo e seu gosto artístico: “Nas suas origens, o romantismo é um movimento inglês, exatamente como a moderna classe média – que, agora pela primeira vez, fala por si própria, independentemente da aristocracia – é uma consequência das condições existentes na Inglaterra” (HAUSER, 1982, p. 703). Para o crítico, as origens do movimento romântico e a ascensão da burguesia inglesa estão intimamente ligadas. Somente com a derrocada da aristocracia e o amplo desenvolvimento do burguês sentimental, individualista e, principalmente, produtor e consumidor de arte, foi possível, ao Romantismo, a intensa expansão à medida que o Classicismo sucumbia.

Nicola Abbagnano também defende uma origem exata do Romantismo, porém, diferentemente do posicionamento de Hauser, para ele a gênese do movimento se deu na Alemanha com o aparecimento de *Sturm und Drang*, movimento literário que se rebelava contra o racionalismo iluminista da época e defendia uma poesia mística, espontânea, primitiva, fundamentada principalmente na emoção, que se opunha diametralmente ao racionalismo. De acordo com o teórico italiano, as ideias defendidas por Gottfried Herder, Johann Georg Hamann, Goethe e Schiller, principais representantes do *Sturm und Drang*, foram elementos basilares do Romantismo (ABBAGNANO, 1984, p. 239-240).

Diferentemente de Hauser e Abbagnano, Nachman Falbel não reconhece a possibilidade de definição precisa dos acontecimentos históricos que marcaram a origem e o fim do Romantismo e, conseqüentemente, os lugares em que o movimento se originou. Para ele “o exame do período não permite ao historiador fixar balizas cronológicas nítidas entre causas e efeitos e nem tampouco determinar uniformemente o início e o fim do grande movimento” (FALBEL, 1978, p. 23), pois, segundo suas palavras, o Pré-Romantismo e o Romantismo nascem do mesmo movimento histórico e seu início coincide em diversos países, a partir de diversos grupos de intelectuais que, nem sempre, estabeleciam relações entre si ou exerciam influências uns sobre os outros. Mesmo admitindo não ser possível delimitar as origens do movimento romântico, Falbel reconhece que ele é fruto de dois grandes acontecimentos da história da humanidade, a saber, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, que desencadearam transformações na sociedade moderna e nortearam os seus ideais.

A Revolução Francesa e as guerras napoleônicas subsequentes, afirma Falbel, contribuíram para o fortalecimento político-militar da França. Sob o domínio de Napoleão, o país enfrentou a forte coligação dos Estados europeus, tornando-se uma “monarquia expansionista”, cujo principal objetivo era conquistar todo o continente. Como decorrência da expansão francesa, a Europa se viu em intensa transformação e pode observar o crescimento de Estados nacionais movidos principalmente pelas ideias revolucionárias da época e pelas tradições culturais e populares desses Estados que “havam recém-descoberto a sua consciência nacional e ambicionavam um lugar ao sol entre as nações” (FALBEL, 1978, p. 41), ou seja, podemos considerar as revoluções ocorridas na França e os embates entre ela e os demais países europeus como o fundamento do nacionalismo romântico.

Otto Maria Carpeaux também reconhece a importância das revoluções para o florescimento do Romantismo, em especial, a Revolução Francesa que, para ele, instigou autores do Pré-Romantismo a criarem uma literatura, considerada “ideológica”, como resposta à insatisfação desses homens excluídos pela sociedade burguesa e utilitarista em ascensão. Carpeaux explica que essa literatura se situou conscientemente fora da realidade social, ora evadindo-se, ora atacando-a (CARPEAUX, 2011, p. 1365). O estudioso austríaco afere que a descendência do movimento romântico apresenta três pontos de partida: um alemão, formado pelos intelectuais de Iena que não se identificavam com a literatura clássica e estavam profundamente influenciados pelas figuras de “Rousseau, Werther e Raueber”; um inglês, composto, mormente, pelos chamados “*Lake Poets*”, poetas intensamente inspirados

pela filosofia de Burke e criadores de uma poesia de cunho nacionalista com linguagem simples, quase coloquial, e sem muitos ornatos; e um francês, ocasionado pela emigração de adeptos do Pré-Romantismo alemão e pelo intenso contato da França com o restante da Europa, a partir do domínio napoleônico. Desses três pontos surge o Romantismo que, muitas vezes, é dividido entre romantismo “medievalista e conservador” alemão e romantismo “liberal e revolucionário” francês, ao passo que o romantismo inglês seria uma junção de aspectos comuns ao francês e ao alemão (CARPEAUX, 2011, p. 1422-1423).

Apesar de estabelecer essa divisão tão rigorosa, pela qual busca colocar cada manifestação romântica em “seu lugar”, Carpeaux reconhece que ela não é exata e a identifica, na verdade, como um esquema que classifica o Romantismo, mas não consegue abarcar por completo o “movimento dialético das ideias e formas” românticas, servindo apenas como simples classificação da “imensa e multiforme riqueza poética” do movimento romântico; portanto, para ele, “[...] torna-se cada vez mais claro que essa palavra ‘romantismo’ não tem nenhum sentido definido, nem sequer cronológico – é apenas o nome ambíguo de um capítulo da história literária” (CARPEAUX, 2011, p. 1423).

Dessa forma, Nachman Falbel e Otto Maria Carpeaux admitem que acontecimentos históricos e sociais contribuíram para o aparecimento do movimento artístico-filosófico que recebeu o nome de Romantismo e, diversamente a Arnold Hauser e Nicola Abbagnano – que tentam fixar a origem do movimento em um único país, a saber, na Inglaterra e na Alemanha respectivamente – aqueles dois estudiosos reconhecem que manifestações, reflexões e reações semelhantes as dos dois países em questão aconteciam, ao mesmo tempo, em outras partes da Europa, não sendo possível garantir, portanto, a um ou a outro país o título de “fundador do Romantismo”.

Nacionalismo como um dos elementos de unidade romântica

Dentro da discussão acerca das origens do Romantismo, chama a atenção o posicionamento René Wellek, que garante à discussão nova dimensão, ampliando-a e desenvolvendo-a sob um novo aspecto, o da *unidade romântica*. O crítico não ignora que tenham ocorrido vários movimentos concomitantes, na Alemanha, na Inglaterra e na França, que antecederam e ajudaram a compor o Romantismo, no entanto, ressalta que tais manifestações não aconteceram de modo separado, mas, em verdade, exercem influências mútuas e representaram papel decisivo na configuração da época:

Deve-se naturalmente admitir distinções entre as diferentes fases do desenvolvimento [do Pré-Romantismo ao Romantismo]. Houve o movimento da “tempestade e ímpeto” dos anos setenta do século XVIII, que corresponde ao que hoje é chamado alhures de “pré-romantismo”. Foi mais radical e violento do que qualquer outro similar na Inglaterra ou na França, mas deve ser reconhecido como substancialmente o mesmo movimento, se nos damos conta de que a influência individual mais importante foi a de Rousseau e compreendemos a extraordinária extensão em que os críticos ingleses e escoceses do século XVIII prepararam as ideias de Herder (WELLEK, s/d, p. 146).

O movimento alemão *Sturm und Drang* deixou como herança de maior relevo para o Romantismo o reconhecimento e o valor do sentimento enquanto contraposição à razão, considerada incapaz de alcançar a substância das coisas, todavia, não se pode considerar que toda a impetuosidade alemã tenha sido a única fonte de inspiração para o movimento romântico. Na verdade, o Pré-Romantismo como um todo, diz Wellek, foi um movimento que antecedeu o Romantismo em várias partes da Europa, e todas as manifestações, que dele fizeram parte, contribuíram umas com as outras. A exemplo disso, o estudioso ressalta a forte influência de escritores e críticos ingleses, escoceses e franceses sobre Herder, um dos principais nomes do Pré-Romântico alemão – inclusive, Rüdiger Safranski chega a afirmar que o Romantismo alemão nasceu com as viagens de Herder a França, onde ele estabeleceu contato com literatos de diversos países europeus (SAFRANSKI, 2010, p. 15-16) – e destaca a importância de Rousseau para o movimento a ponto de muitos críticos considerá-lo o pai do Romantismo. Além disso, lembra, ainda, o Ossianismo, que buscava o retorno às origens escocesas e acabou influenciando o ideal romântico de retorno ao passado.

Ao reconhecer que o Romantismo teve uma fase precedente, a chamada pré-romântica, e que essa fase foi comum a vários países da Europa com diversos grupos que estabeleceram trocas constantes e influências significativas entre si, e, portanto, não podem ser admitidos em separado, mas apenas conjuntamente, René Wellek leva a reflexão para o âmbito da unidade, ou seja, reconhece a existência de elementos que tornam tanto o movimento antecedente quanto o próprio Romantismo um movimento único, mesmo que com alguns traços peculiares aos lugares onde as manifestações aconteciam.

A fim de provar a sua tese sobre a unidade romântica, tanto na Europa quanto em outras partes do mundo, o crítico recorre à análise de alguns aspectos basilares do Romantismo e observa como eles adquirem relevância em cada país onde o movimento se objetivou e como os intelectuais pensavam esses aspectos (WELLEK, s/d, p. 145). Partindo de três critérios principais – a concepção de poesia, de natureza e de estilo poético – Wellek

chega à conclusão de que em todos os países europeus onde o Romantismo aconteceu, a poesia era compreendida como o conhecimento da realidade mais profunda por meio da imaginação; a natureza era percebida como um todo orgânico cujos elementos estavam em constante relação entre si; e o estilo poético era construído a partir de mitos e símbolos, com a liberdade de criação, oriunda da rebelião contra as regras clássicas, desempenhando forte papel nessa construção estilística.

Com essas reflexões, o crítico supracitado admite que, por mais que diferentes manifestações tenham ocorrido em diversos países, elas apresentam concepções e ideais semelhantes, o que acaba por unificá-las em um só movimento conhecido em todo o mundo pelo nome de Romantismo. Além dos elementos em destaque, outros, como o individualismo, o ideal nacionalista e o medievalismo, podem ser considerados provas contundentes de que não se pode pensar em vários “romantismos no plural” – como Otto Maria Carpeaux chegou a concluir (CARPEAUX, 2011, p. 1366) –, mas em um só movimento, com os mesmos objetivos, as mesmas inquietações e a mesma visão de mundo, todavia, apresentando aspectos pertinentes a cada país onde ocorreu, pois seria impossível pensar um movimento que pregava a volta às origens sem apresentar os traços particulares de cada lugar. Diante do posicionamento forte de René Wellek, podemos reconhecer que o Romantismo não aconteceu somente na Inglaterra, ou na França, ou na Alemanha, nem teve sua origem restrita a apenas um desses países, mas foi um movimento da Europa como um todo e se estendeu para outros espaços, encontrando receptividade especial na América, onde as concepções revolucionárias do movimento encontraram terreno fértil e produziram frutos significativos muito ligados ao momento histórico de liberdade pelo qual os países do novo mundo passavam.

A literatura romântica e seu papel no processo de autonomia cultura brasileira

Além das concepções de poesia, natureza e estilo poético – enquanto aspectos confirmadores da unidade romântica –, podemos considerar também o nacionalismo como um dos traços comuns a todos os países onde o movimento se manifestou e, conseqüentemente, outro elemento unificador do Romantismo. A época em que o Romantismo tomou forma foi marcada pelo forte processo de construção de unidade das nações europeias e pela independência dos países americanos, os quais buscavam, a todo custo, afirmar a sua condição de ex-colônia, como resume muito bem Maria Helena Rouanet:

O que acontece durante o século XIX é que, por um motivo ou por outro, e em momentos diferentes, diversos países estão se constituindo enquanto Nação [...]. todos os países da América estavam se tornando independentes das respectivas metrópoles coloniais. Simultaneamente, Portugal e Espanha perdiam, assim, partes consideráveis de seus territórios. A França derrubava séculos de monarquia, proclamava uma República e, em poucos anos, via-se na condição de Império, com Napoleão Bonaparte. A Alemanha vinha trabalhando de forma mais ou menos sistemática, no sentido de constituir a sua unificação. Como se pode notar, todos precisavam criar ou reestruturar a imagem de unidade necessária à ideia de Nacionalidade (ROUANET, 1999, p. 20).

Durante o século XIX, os países da Europa procuravam reafirmar, ou afirmar, a sua condição de nação unificada com limites geográficos, cultura, língua e regime político bem definidos, a fim de garantir, portanto, o reconhecimento de sua nacionalidade. Já, em toda a América, o nacionalismo se confundiu intimamente com o momento de independência de seus países, o que demandava uma necessidade de asseverar a condição de nação livre a cada um deles, delineando os seus aspectos identitários, em oposição aos Estados do Velho Mundo, e que permitissem o reconhecimento de um *eu nacional*. O pensamento de Rouanet, aliás, se assemelha bastante ao de Antonio Candido na sua *Formação da literatura brasileira*, quando ele afirma ser o “nacionalismo artístico” um fruto de condições históricas e transformações em países que adquiriram autonomia e unidade (CANDIDO, 1981a, p. 27).

O Brasil, obviamente, fazia parte desses países recém-libertos do domínio europeu e, semelhantemente às outras nações do continente, buscava afirmar a sua autonomia e liberdade e definir os traços que o diferenciariam de sua antiga metrópole, ou seja, procurava delinear os elementos que tornavam o “brasil, Brasil”² e lhe garantissem *status* de Estado independente e totalmente distinto de Portugal. Maria Helena Rouanet acredita que a nacionalidade brasileira passou por um processo intelectual e político de construção, não sendo algo inconsciente, como, para ela, a ideia de *instinto de nacionalidade* machadiana sugere, mas um processo pensado por um determinado grupo e com objetivos específicos, a saber, a formação cultural e política de uma nação que acabou de proclamar a sua independência (ROUANET, 1999, p. 10-11). Dentro desses objetivos, elementos que constituíam a política, a economia, a história, a geografia e, sobretudo, a cultura do país, foram amplamente explorados até que se edificasse uma “consciência nacional”.

Benedict Anderson acredita que o nacionalismo e a nacionalidade são produtos culturais específicos, com legitimidade emocional profunda, e, como tal, precisam ser

² Expressão que dá título ao de Roberto DaMatta livro publicado em 1986.

compreendidos a partir de suas origens históricas e das transformações de significados ao longo do tempo (ANDERSON, 2008, p. 30). É nesse sentido que Rouanet procura compreender a nacionalidade brasileira. Para ela, a consciência nacional do Brasil, assim como em outros países, foi historicamente arquitetada, principalmente a partir da propagação do Romantismo pelo país, o qual ajudou a difundir, por meio de sua literatura, o conhecimento das delimitações geográficas do Brasil, os seus costumes, as suas origens e os fatos históricos que possibilitaram situar o país em determinada temporalidade, garantindo, para a nova nação, uma consciência histórica significativamente demarcada.

A literatura tomou parte nesse projeto de construção da Nacionalidade e desempenhou, aí, uma função efetiva. Escrever o que quer que fosse – poesia ou história, teatro ou levantamentos topográficos, romances ou descrições geográficas, crônicas ou dissertações etnográficas – podia ser instrumento para atingir o objetivo visado. Com uma condição: era preciso que o que se escrevesse fosse considerado “útil e precioso” para a pátria.

Os livros úteis e preciosos eram exatamente aqueles que pudessem contribuir para desenhar os contornos de uma imagem do Brasil [...] E, nesse sentido, a literatura tinha muito para dar e seus serviços podem mesmo ser considerados indispensáveis (ROUANET, 1999, p. 17-18).

Dentro desse propósito, a literatura desempenhou papel importantíssimo, visto que, por meio dela, foi possível tornar “palpável”, para os brasileiros, os fatos e dados da história da nação e disseminar os aspectos que tornavam o *Brasil brasileiro*, a saber, a sua terra, o seu povo, a sua fauna e a sua flora. À literatura, portanto, coube o papel de tornar visíveis os motivos nacionais, delineando os traços do povo que ajudou a dar origem ao país, da natureza que fascinava por sua exuberância e exotismo e dos costumes de nossa gente; e, mesmo que a constituição das imagens do Brasil do século XIX tenha profundamente contaminada pelo do olhar do europeu, como bem ressaltam Mariza Santos e Maria Angélica Madureira (SANTOS; MADEIRA, 1999, p. 62), foi a literatura desse período que permitiu delinear um mapa de tudo o que poderia caracterizar o país que estava *em formação*.

Para Antonio Candido, a nossa tradição literária teve início com os árcades mineiros, os quais foram os primeiros a tornar contínua a produção literária no país e apresentar o desejo de fazer *literatura brasileira*, transmitindo-lhe um caráter mais nacional a partir da composição de caracteres orgânicos do nosso sistema literário (CANDIDO, 1981a, p. 43). No entanto, somente nos primeiros anos do século XIX a produção literária brasileira ganhou pleno desenvolvimento em decorrência da ampliação do ambiente de discussão intelectual, da transferência da corte portuguesa para o Brasil, e do início do processo de Independência, que ocasionou transformações significativas no país como a criação de uma imprensa nacional, a publicação de periódicos e a criação de escolas superiores (CANDIDO, 1981b, p. 227).

A partir da chegada da família real portuguesa ao Brasil, o país passou por profundas transformações, principalmente para a literatura nacional, que viu surgir um número maior de escritores conscientes de seu papel na nação que se formava, e também na recepção da produção desses escritores. Agora, a literatura dita brasileira apresentava um público maior, que se reconhecia nas obras de seus escritores e nelas identificava os elementos que a tornavam nacional. Após a Independência, essa consciência nacional intensificou-se, e o anseio de ver-se livre culturalmente tomou posse de nossos intelectuais e daqueles que liam e apreciavam as suas obras. Destarte, Portugal se viu cada vez menos “dono”, política e economicamente, de sua antiga colônia, e, sob um sentimento de tutela perdida, procurou assenhorear-se da produção intelectual brasileira, apresentando como justificativa a língua em que a literatura do país é produzida, estabelecendo, dessa forma, o domínio cultural sobre sua ex-colônia.

Benedict Anderson explica que a língua não é um fator determinante na origem dos estados nacionais e conseqüentemente do nacionalismo nos países americanos, pois estes tinham como língua oficial a mesma de sua antiga metrópole (ANDERSON, 2008, p. 84). No caso do Brasil, essa língua em comum foi vista como elemento que servia de justificativa tanto para o domínio cultural, por parte de Portugal, quanto para a independência definitiva, por parte do Brasil, uma vez que a nação europeia considerava-se detentora da cultura de sua ex-colônia por esta não apresentar características linguísticas próprias, enquanto que a nova nação reconhecia-se livre também nas letras, pois via em sua língua elementos diferenciadores do português falado em Portugal, a saber, a cadência e a existência de termos indígenas.

O caráter nacional da literatura brasileira

A existência, ou inexistência, de uma literatura nacional no Brasil gerou grandes discussões entre os intelectuais que pensavam a nossa nacionalidade. Basicamente, havia dois pensamentos completamente distintos no tocante à literatura brasileira: um defendia que nossos escritores e suas respectivas obras faziam parte do legado português; o outro, que a literatura do Brasil apresentava elementos próprios de nossa cultura, o que a separava por completo da cultura literária lusitana. O primeiro posicionamento estava pautado no caráter linguístico e considerava que se a língua portuguesa era comum aos brasileiros e aos portugueses o mais provável era que a literatura também o era; o segundo, baseava-se no

caráter nacional de cada povo que se revelava nos elementos pertinentes a sua cultura, os quais constituíam traços típicos da literatura de cada país.

Eric Hobsbawm assinala as mudanças na concepção de “nação” entre os séculos XVIII e XIX, destacando que até por volta de 1880 o termo estava relacionado principalmente à ideia de origem, de descendência e, aos poucos, foram-se agregando novos elementos, como a terra e a língua, e a ideia mesma de um governo capaz de unificar uma nação (HOBSBAWN, 1990, p. 27-36). A partir do pensamento de que “nação” indica a terra de origem, a língua e os demais aspectos distintivos de um povo, podemos considerar o processo de independência política e cultural do Brasil: antes do país se tornar independente, a concepção política de “nação” não levava em consideração os aspectos étnicos e linguísticos, e sim o fato da nação representar os interesses coletivos em detrimento dos individuais, o bem comum em detrimento do interesse particular, ou seja, o que garantia o *status* de nação era estar sob o manto de um mesmo governo. Essa concepção outorgava às metrópoles o poder sobre suas colônias, consideradas partes integrantes das nações que as dominavam. Após a Independência, o Brasil reclamou para si o direito sobre sua “nacionalidade” baseada em elementos como etnicidade e língua que afiançavam um sentimento de pertença e ganhavam cada vez mais destaque nas discussões pelo país e até mesmo no exterior.

De fato, uma visita aos intelectuais que refletiam sobre a literatura brasileira no século XIX revela a tentativa de condicionar os escritos nacionais a uma espécie de “sistema cultural lusitano”, em meio a um intenso exame acerca da formação dos Estados-nacionais americanos e à necessidade que estes tinham de se voltarem para os elementos locais, tais como a sua natureza, o seu povo, os seus costumes, os fatos de sua história, e deles fazerem brotar a mais legítima literatura pátria. Friedrich Bouterwerk foi, certamente, o primeiro estrangeiro a falar sobre a arte literária em Portugal e a considerar a literatura escrita por brasileiros e portugueses uma só e mesma coisa. Na sua *História da poesia e da eloquência portuguesa* dedica um capítulo aos poetas Antônio José e Cláudio Manuel da Costa. A sua ponderação se inicia com uma reflexão acerca da má influência exercida pela ópera italiana sobre a poesia dramática lusitana, o que levou os poetas dramáticos portugueses a expressarem em seus textos o mais alto nível de mau gosto em literatura, com o objetivo único de satisfazerem a necessidade de entretenimento da corte lisboeta (BOUTERWEK, 1978, p. 8-9). O poeta Cláudio Manuel da Costa é considerado por Bouterwerk como o responsável por restabelecer o contato da literatura portuguesa com a mais alta tradição literária italiana ao recorrer à imitação dos poetas clássicos e tornar a sua poesia um

acontecimento literário de grande valor estético. A semelhança entre a poesia de Cláudio Manuel da Costa e a de Petrarca é, para o estudioso alemão, o ponto alto dos escritos do poeta luso-brasileiro, considerado o inovador da literatura portuguesa por retomar os preceitos estéticos clássicos e restaurar do estilo nobre e elevado nas belas letras lusitanas (BOUTERWEK, 1978, p. 10). Dessa forma, Bouterwerk acaba assegurando o direito português sobre os escritos do poeta árcade, que hoje, felizmente, é consagrado por nossa tradição crítica como um dos nomes mais significativos da chamada “escola mineira” (VERRÍSMO, 1981, p. 103).

Assim como o seu companheiro alemão, o genebrino Simonde de Sismondi faz uma breve análise dos caminhos traçados pela literatura portuguesa a partir do contato com a ópera italiana e os resultados negativos desse contato, conferindo, igualmente, o papel de “salvador” dos textos literários lusos a Cláudio Manuel da Costa, devido à restauração da riqueza e do bom gosto por parte do poeta português nascido no Brasil. Para ele, “desde o século XVIII, as colônias portuguesas acrescentaram alguns poetas ao número dos que haviam nascido na Lusitânia”, e conclui sua reflexão verificando a possibilidade de que – com a comprovada superioridade de muitos poetas luso-brasileiros sobre aqueles nascidos em terras portuguesas na Europa – um verdadeiro sucessor de Camões, equiparando-se em qualidade estética, esteja a se formar em terras brasileiras (SISMONDI, 1978, p. 21-26).

Dois fatores são substanciais na definição do quadro de obras e escritores pertencentes à literatura portuguesa em meados do século XIX, a saber, a língua e o domínio político de Portugal sobre o Brasil, tanto que não se questiona o consenso geral, aqui representado pelos pensamentos de Bouterwerk e Sismondi, de que a literatura herdava o nome da língua na qual era escrita, ou seja, a língua do país dominador. Os árcades de Minas Gerais apareceram com frequência nos escritos sobre a literatura portuguesa no final do século XVIII e começo do século XIX, certamente porque, como relata José Veríssimo, desde o século XVII aquilo que se podia chamar de “consciência nacional” estava sendo formada no Brasil em decorrência das guerras holandesas (VERRÍSMO, 1981, p. 126), mas somente no século XIX essa consciência tomou forma definida e começou a reivindicar para si a autonomia de sua cultura e literatura que lhe fora negada durante os tempos de domínio português.

Para Benedict Anderson, nos países americanos o fator determinante para a constituição de uma “comunidade imaginada” não foi o linguístico em si, mas a divulgação de textos impressos por parte daqueles que nasceram na América, que tinham descendência

européia e se identificavam com a terra onde nasceram (ANDERSON, 2008, p. 106). No caso do Brasil não foi diferente, nosso nacionalismo foi amplamente difundido por meio de escritos literários e teóricos que buscavam constituir um sentimento nacional reafirmando continuamente nossas características enquanto povo. No entanto, o fator linguístico apresentava-se como um forte instrumento para a formação de uma consciência nacional, pois como se verificou, o domínio português, mesmo após a Independência política de sua colônia americana, buscou manter-se por vias literárias, baseado na língua em que nossas obras eram escritas. Combatendo esse pensamento, diz Santiago Nunes Ribeiro:

[...] se a autoridade deve decidir a questão que nos ocupa, invocaremos a do Sr. Visconde de Chateaubriand [...] ‘A língua inglesa possui quatro literaturas diferentes: a irlandesas, a inglesa propriamente dita, a escocesa, e a *americana*’. Pelo que diz respeito à Irlanda e à Escócia, poderiam dizer que o autor do gênio do cristianismo fala dos contos populares que nos dialetos desses povos se conservam, mas como diz expressamente – a língua inglesa – não pode haver dúvida no sentido de suas palavras [...]

Se pois nas línguas europeias há diferenças radicais de estilo e de maneira, isto é, se numa língua mesma, falada por povos que estão debaixo do mesmo céu, a pequenas distâncias e com relações já seculares, há literaturas diferentes, porque não se há de permitir que as de povos que habitam a duas e três mil léguas de distância, e cujos costumes, leis e usanças longe estão de ser perfeitamente idênticos, tomem a denominação de sua própria nacionalidade? (RIBEIRO, 1974, p. 37).

Não há dúvidas de que o chileno procurou justificar a autonomia da literatura brasileira confiando que os elementos culturais são os verdadeiros determinantes do caráter nacional de uma literatura. Para ele, falar em uma única literatura portuguesa, compreendendo portugueses e brasileiros, é tão inconcebível quanto para Alexandre Herculano, outro grande nome a reconhecer as distinções Brasil-Portugal e a ressaltar o processo de independência cultural de nosso país foi Alexandre Herculano. Ele chegou a equiparou a antiga colônia lusitana um jovem em processo de emancipação que se contrapõe a um velho moribundo, que simboliza a própria nação portuguesa. Para o escritor romântico lusitano, a literatura pátria brasileira estaria em pleno desenvolvimento e em processo de independência total da antiga e já ultrapassada literatura lusa. E, em tom poético, vaticina um futuro promissor para as letras brasileiras:

Naquele país de esperanças, cheio de viço e de vida, há um ruído de lavor íntimo, que soa tristemente cá, nesta terra onde tudo acaba. A mocidade, despregando o estandarte da civilização, prepara-se para os seus graves destinos pela cultura e pelas letras; arroteia os campos da inteligência; aspira as harmonias dessa natureza possante que a cerca; cocentra num foco todos os raios vivificantes do formoso céu, que a alumina; prova forças enfim para algum dia renovar pelas ideias a sociedade, quando passar a geração dos homens *práticos* e *positivos*, raça que lá deve predominar ainda; porque a

sociedade brasileira, vergôntea separada há tão pouco da carcomida árvore portuguesa, ainda necessariamente conserva o cepo (HERCULANO, 1978, p. 131).

O Brasil, país jovem e inspirado pelas belezas exóticas naturais da América, recém-liberto das amarras portuguesas, conquista para si uma autonomia que Herculano considera baseada, principalmente, na sua jovialidade revigorante. O romancista vê no país americano o futuro que jamais competiu a Portugal, o de transformar a sociedade por meio de uma inteligência refletida na cultura e na literatura, o que poderia ser alcançado com o Brasil libertando-se, definitivamente, das amarras portuguesas.

Em terras brasileiras, também houve a defesa da autonomia da cultura nacional, o escritor cearense José de Alencar reclamava ao nosso país a autonomia literária que os portugueses ainda tentavam impedir. Para ele, a ideia de uma literatura englobando todos os países que têm o mesmo idioma oficial é impraticável, dada a distinção entre os costumes culturais de cada nação. Na segunda edição de *Iracema*, José de Alencar reafirma seu posicionamento sobre o assunto, aproximando-se, e muito, daquilo que já defendiam os seus contemporâneos chileno e português:

Quando povos de uma raça habitam a mesma região, a independência política só por si forma sua individualidade. Mas se esses povos vivem em continentes distintos, sob climas diferentes, não se rompem unicamente os vínculos políticos, opera-se, também, a separação nas ideias, nos sentimentos, nos costumes, e, portanto, na língua, que é a expressão desses fatos morais e sociais (ALENCAR, 1965, p. 170).

O pensamento alencarino estava, certamente, influenciado pelas ideias, disseminadas na Europa, de interferência do clima, da natureza e do ambiente como um todo sobre a literatura; o escritor cearense admite a influência do clima e a posição geográfica do Brasil em relação a Portugal sobre a consciência de nossa independência literária; para ele, esses fatores contribuíram para que as ideias, os sentimentos e suas realizações, em termos artísticos, fossem totalmente diversos das realizações lusitanas³, em suas cartas estéticas, nomeadas *Cartas sobre A confederação dos Tamios* (1836), o romancista reivindicava uma literatura pátria que fosse toda poesia, toda prosa, que combinasse harmoniosamente os motivos nacionais, que apresentasse ao brasileiro a sua história ornada de elementos que a elevasse ao

³ É necessário destacarmos que o José de Alencar não pode ser relacionado ao Determinismo Científico reinante nos fins do século XIX, seu pensamento, na verdade, está associado à ideia de a literatura apresenta caracteres pertinentes ao seu lugar de origem, o que a caracteriza como um elemento cultural de uma determinada nação. Em realidade, o cearense não atrela seus escritos à ideia de que o meio é o fator determinante na produção literária, permitindo a criação de personagens e situações baseados em teorias científicas acerca do comportamento humano. No Brasil, esse tipo de literatura será comum entre escritores pós-Alencar.

mais alto nível dos mitos pátrios erigindo nossos antepassados nos moldes de um homem superior, e que fosse escrita em português brasileiro, que fosse, em suma, na forma e no conteúdo, nacional e independente. Desta forma, podemos reconhecer em Alencar uma consciência nacional explícita, conforme afere o estudioso Luis Filipe Ribeiro, para quem o principal prosador romântico brasileiro, tanto em seus textos teóricos quanto em seus romances, torna-se o de formador de uma nacionalidade e uma atuação constante na luta por nossa autonomia em literatura (RIBEIRO, 2004, p. 182-183.), o que reforça o papel libertador da literatura romântica no Brasil de meados do século XIX.

Conclusão

Língua, natureza e homem são, para os românticos de um modo geral, os fatores constituintes de uma nação e, conseqüentemente, dos elementos culturais de uma nação, e no momento em que esses aspectos, formadores da cor local de cada país, servem de elementos compositores de uma literatura, ela passa a pertencer a esse povo. Portanto, a literatura escrita no Brasil durante esse momento de nossa história desenvolveu papel significativo no processo de construção de nossa nação por meio da solidificação dos elementos nacionais apresentados nas obras artísticas, que trazem em si um passado próprio de nossa nação, uma língua inspirada em nosso povo local, e homens que deram origem ao legítimo tipo brasileiro, dentro dos ideais vigentes no Romantismo. Ao trabalhar todos esses elementos em suas obras literárias, e também teóricas, os nossos românticos contribuíram para a efetivação de uma liberdade que nosso país ansiava desde a Independência política, a saber, a liberdade cultural.

Referências:

ABBAGNANO, Nicola. O romantismo. In: *História da filosofia*. Trad. de Antônio Ramos Rosa e Antônio Borges Coelho. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, v. VIII.

ALENCAR, José de. Pós-escrito. In: ALENCAR, José de. *Iracema – lenda do Ceará*. Ed. de Centenário. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOUTERWEK, Friedrich. Antônio José e Cláudio Manuel da Costa. In: CÉSAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do romantismo*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978, p. 5-12.

- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Vol. 1. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981a.
- _____. *Formação da literatura brasileira*. Vol. 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981b.
- CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. Vol. II. São Paulo: Leya, 2011.
- CASTRO, José da Gama. Correspondência. In: CÉSAR, Guilhermino (sel. e apresentação). *Historiadores e críticos do romantismo*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EdUSP, 1978, p. 103-126.
- DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- FALBEL, Nachman. Fundamentos históricos do Romantismo. In: J. GUINSBURG (org.). *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- HAUSER, Arnold. *História social da literatura e da arte*. Tomo II. Trad. de Walter H. Geenen. São Paulo: Mestre Jou, 1982b.
- HERCULANO, Alexandre. Futuro literário de Portugal e do Brasil. In: CÉSAR, Guilhermino (sel. e apresentação). *Historiadores e críticos do romantismo*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EdUSP, 1978, p. 133-136.
- HOBBSAWN, Eric. *Nações do nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Maria Cecília Pacli; Ana Maria Quirino (trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- RIBEIRO, Luis Filipe. A ideia de nação: uma cuidadosa arquitetura de Alencar. In: HELENA, Lúcia (org.). *Nação-invenção: ensaios sobre o nacional em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004, p. 177-186.
- RIBEIRO, Santiago Nunes. Da nacionalidade da literatura brasileira. In: COUTINHO, Afrânio. *Caminhos do pensamento crítico* V. I. Rio de Janeiro: Americana Prolivro, 1974, p. 30-61.
- ROUANET, Maria Helena. Nacionalismo. In: JOBIM, José Luís (org.). *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999, p. 9-32.
- SAFRANSKI, Rüdiger. *Romantismo: uma questão alemã*. Trad. de Rita Rios. São Paulo: Estação Liberdade, 2010.
- SANTOS, Mariza Veloso Motta; MADEIRA, Maria Angélica. *Literaturas brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- SISMONDI, Sismonde de. De La littérature du Midi de l'Europe. In: CÉSAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do romantismo*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978, p. 13-16.

VERRÍSMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira, 1601 a Machado de Assis, 1908*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

WELLEK, René. *Conceitos de crítica*. Trad. de Oscar Mendes. São Paulo: Cultrix, s/d.

Enviado em: 18-02-17

Aceito em: 14-09-17